

O pensamento industrialista de Amaro Cavalcanti¹

Suzana Cristina Fernandes²

Resumo

A proposta deste trabalho é recuperar e sistematizar as manifestações do pensamento industrialista brasileiro no final do Império e na primeira década republicana, através do intelectual e político Amaro Cavalcanti. A escolha de Amaro Cavalcanti como nosso objeto de estudo, se justifica porque ele é considerado pela historiografia, um dos grandes representantes do pensamento industrialista do período. Ao longo de sua carreira política não poupou esforços para defender a industrialização brasileira, lutando contra os inúmeros obstáculos impostos por forças que se opunham a ela, e participando de intensos debates no Congresso Nacional, que acirraram as disputas entre protecionistas e livre-cambistas. Nosso intuito é conhecer, através de uma leitura crítica, como se processou esta luta de Amaro Cavalcanti em prol da industrialização do Brasil, suas idéias, suas reivindicações e seus argumentos relacionados à defesa da indústria nacional. Com isso pretendemos não apenas resgatar o pensamento de um ilustre representante da história da industrialização do Brasil, um tanto esquecido, mas também mostrar a importante participação de homens como Amaro Cavalcanti nos debates sobre a industrialização brasileira.

Introdução

A historiografia brasileira tem registrado ao longo do século XIX inúmeros esforços, representados por alguns nomes eminentes, ligados ou não à indústria, que reivindicavam uma política protecionista para a indústria nacional, por acreditarem que somente através da industrialização o Brasil poderia alcançar o desenvolvimento econômico. Apesar da existência de grandes nomes ligados à defesa da indústria, até o último quartel desse século, não existia ainda um movimento coletivo em favor da industrialização do país, apenas alguns indivíduos mais lúcidos, tentando despertar a nação para a importância do desenvolvimento industrial no progresso econômico do país.

1 Este trabalho teve origem na Dissertação de Mestrado intitulada *Amaro Cavalcanti e a Luta pela Industrialização Brasileira*, defendida no Instituto de Economia da Unicamp em fevereiro de 2001, sob a orientação da Profa. Dra. Ligia Osório Silva e contou com apoio financeiro da FAPESP.

2 Doutoranda – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, área de concentração em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp.

Estes primeiros esforços em defesa da indústria foram sufocados na primeira metade do século XIX, por força das influências internacionais e pela indiferença da classe dominante, ainda fortemente comprometida com os interesses agrários. Porém, as grandes transformações econômicas que ocorreram a partir de meados do século, decorrentes da rápida acumulação de capital no contexto da expansão cafeeira, provocaram uma série de mudanças nos aspectos político, econômico, cultural e social do país, e tornaram o clima mais propício às manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento.

Os debates sobre a industrialização brasileira, centrados nas políticas protecionistas, intensificaram-se na década de 1880, em virtude das crises econômicas que atingiram as indústrias existentes. A partir desse momento, o pensamento industrial ganhou solidez e assumiu a forma de um *movimento coletivo*. Surgiram, nesse período, defensores da indústria nacional lutando por uma política protecionista que auxiliasse o desenvolvimento industrial. Neste grupo, além de alguns empresários, encontravam-se também intelectuais, políticos e parlamentares, muitas vezes, sem nenhum vínculo direto com a indústria, mas partidários do crescimento industrial como meio de desenvolver o país. Entre estes se destacaram: Antonio Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, João Luiz Alves, Jorge Street, entre outros.

A trajetória deste movimento em prol da industrialização acompanha o próprio processo de desenvolvimento da indústria nacional. No Brasil, apesar das primeiras fábricas terem sido implantadas no século XVIII, só surgiu como processo na segunda metade do século XIX e expandiu-se a partir da década de 1880, intimamente articulada à expansão cafeeira, entretanto, só passou a representar um papel importante na economia brasileira na década de 1920, quando chegou a formar um respeitável parque industrial de bens de consumo.

O propósito deste trabalho é, justamente, compreender as manifestações desse pensamento industrialista nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, através da análise das idéias de um dos representantes desta corrente, o intelectual e político Amaro Cavalcanti. A escolha de Amaro Cavalcanti se justifica não apenas porque ele é considerado pela historiografia como um dos mais expressivos representantes desta corrente de pensamento, mas porque o seu perfil revela um homem de grande cultura, político atuante, autor de numerosas obras sobre a economia brasileira. Foi presença combativa no Congresso Nacional, a favor da

indústria, desenvolvendo uma trajetória bastante coerente e, no entanto, sua contribuição não tem sido devidamente realçada na história da luta pela industrialização brasileira.

1 A trajetória de Amaro Cavalcanti

Amaro Cavalcanti nasceu em 15 de agosto de 1849,³ numa família de poucos recursos, no município de Caicó, no Rio Grande Norte, na fazenda “Logradouro dos Barros”, outrora próspera e rica fazenda dos Barros e Cavalcanti. Depois dos primeiros estudos Amaro Cavalcanti passou a trabalhar de caixeiro até conseguir uma vaga para professor de latim no Colégio Nossa Senhora da Conceição em São Luiz do Maranhão, em troca do ensino gratuito no Curso de Humanidades. Em 1872 foi aprovado no concurso para professor das Cadeiras de Latim, Inglês e Francês na Escola Popular de Baturité. Passou a estudar direito, sendo mais tarde provisionado pelo governo cearense para advogar em toda província. Enquanto professor da Escola Popular, Amaro Cavalcanti dedicou-se também à educação, publicando alguns livros na área. Graças a estes trabalhos e a sua dedicação para com o magistério, o governo cearense, através de seu Presidente, Pedro Leão Veloso, comissionou-o para estudar o sistema de instrução elementar nos Estados Unidos, para elaborar uma reforma da instrução pública aplicável à província. Nos Estados Unidos aproveitou a oportunidade para matricular-se na Escola de Direito da Union University em Albany (N.Y.) e em dois anos, segundo Velho Sobrinho (1937, p. 330-331), já era o primeiro aluno da turma, conquistando o título de “*Counsellor at Law*”, em 1881 com a tese: “*Is education a legal obligation?*”, título que lhe dava o direito de exercer a profissão jurídica em todo o território dos Estados Unidos, sendo o primeiro brasileiro a gozar deste direito. De volta ao Brasil, o Presidente da província do Ceará nomeou-o, em 2 de outubro de 1881, Diretor do Liceu de Humanidade e Inspetor-Geral da Instrução Pública do Ceará, cargo que corresponde hoje ao de Secretário da Educação.

³ Existem nas diversas biografias sobre Amaro Cavalcanti algumas divergências quanto a sua data de nascimento, porém, segundo informações de seu neto o Embaixador José Carlos Cavalcanti Linhares, esta é a data correta. Também é freqüente a confusão que se faz entre Amaro Cavalcanti e Amaro Bezerra Cavalcanti, também político durante o Império, nascido em Pernambuco em 1825 e falecido em 1890, mas entre eles não há qualquer relação maior do que a coincidência de nomes.

Além da formação acadêmica, Amaro Cavalcanti adquiriu nos Estados Unidos uma rica experiência social, cultural e econômica, tendo em vista ter conhecido *in loco* um país em plena fase de desenvolvimento industrial e em vias de um progresso contínuo e duradouro. Enquanto, de outro lado, a situação que prevalecia no Brasil, na sua opinião, era de decadência e o atraso econômico. Certamente isto influenciou a postura crítica que assumiria em relação ao estado econômico e financeiro do Brasil no decorrer de sua vida, e determinou sua atuação política.

Ao longo da década de 1880, Amaro Cavalcanti dedicou-se a analisar a economia brasileira e seus profundos contrastes com a economia norte-americana procurando alternativas para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento. Ele acreditava que o Brasil poderia ter seguido a mesma trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos, pois ambos possuíam características históricas e geográficas semelhantes – possuidores de um vasto território, com uma grande diversificação de recursos naturais, ambos ex-colônias – no entanto, a realidade mostrava que o Brasil encontrava-se num estágio de desenvolvimento muito mais atrasado. Enquanto os Estados Unidos trilharam o caminho do desenvolvimento industrial, o Brasil seguiu um caminho inverso, especializando-se na produção de bens primários de baixo valor agregado. Porém, ainda estava em tempo do país reverter este quadro e superar sua condição de país estritamente agrícola e lançar-se rumo ao desenvolvimento econômico, percorrendo a trilha do desenvolvimento americano. E isso só seria possível através do desenvolvimento industrial. Engajou-se, então, na luta pela industrialização.

Além da experiência com a industrialização vivida nos Estados Unidos, Amaro Cavalcanti sofreu a influência de um movimento industrialista que começou a tomar forma no Brasil a partir do último quartel do século XIX, depois do agravamento da instabilidade econômica, gerada por uma crise internacional que atingiu o Brasil em 1874-1875. A vulnerabilidade da economia brasileira frente à crise despertou a preocupação dos intelectuais brasileiros, intensificando as manifestações nacionalistas pelo desenvolvimento nacional e por uma política protecionista e intervencionista que fosse capaz de dar sustentação ao desenvolvimento da indústria.⁴ Este

4 Nos anos 1920, surge uma corrente nacionalista crítica do protecionismo e de certos efeitos do crescimento industrial urbano, como a elevação cada vez maior do custo de vida. Alberto Torres foi um dos expoentes desse pensamento nacionalista que encarava com desconfiança a crescente urbanização da economia e defendia a volta às bases da vida rural. Por outro lado, gradualmente, para os nacionalistas agraristas e para os nacionalistas industrialistas os Estados Unidos deixam de ser o modelo a imitar à medida que desenvolvem uma política imperialista na América Latina. Cf. Silva, L. O. (1997, p. 15-35).

sentimento nacionalista assumiu a forma de um movimento coletivo reunindo industriais, intelectuais e parlamentares, em torno de atividades panfletárias e criação de associações voltadas para a difusão da necessidade de políticas econômicas que favorecessem o desenvolvimento industrial.⁵

Amaro Cavalcanti passou a fazer parte desse movimento e foi nessa luta industrializante que ganhou o *status* de um dos maiores representantes do pensamento industrialista do final do século XIX.⁶ Imbuído pelo ideário nacionalista e pelas idéias protecionistas de Friedrich List,⁷ por um lado, e entusiasmado com o desenvolvimento americano, por outro, Amaro Cavalcanti dedicou-se ao estudo da economia brasileira, engajando-se na vida política e na luta pela industrialização, com o objetivo precípua de encontrar alternativas para colocar o Brasil nas vias do desenvolvimento e reproduzir aqui o sucesso verificado nos Estados Unidos. O tema “educação”, que até então dominava seus estudos, cedeu lugar ao tema “progresso”, tendo dedicado boa parte de seu tempo, especialmente nos últimos anos do Império e na primeira década republicana, para defender o desenvolvimento industrial do Brasil. Amaro Cavalcanti utilizou seu profundo conhecimento sobre economia e finanças como ferramenta para o estudo aprofundado da história econômica do Brasil do século XIX, sobre a qual escreveu exaustivos trabalhos com muita riqueza de detalhes sobre a situação financeira do país. Além disso, tornou-se um político atuante, valendo-se dos cargos que ocupou no Congresso Nacional para defender arduamente os projetos de desenvolvimento nacional e para expor suas idéias em relação a problemas nucleares da economia brasileira e sobre as perspectivas de progresso para o país.

Durante a sua longa carreira política, Amaro Cavalcanti foi um dos vice-governadores do Rio Grande do Norte, nomeado em 1889 por decreto do Governo Provisório, em setembro de 1890, foi eleito por este estado, Senador no Congresso Constituinte, Primeira Legislatura (15/06/1891 a 25/09/1893), fazendo parte da Comissão dos 21 que formulou a Primeira

5 Nesse período cria-se a Associação Industrial liderada por Felício dos Santos e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, que dedicava-se quase que exclusivamente aos problemas agrícolas do país, passa a dedicar boa parte de suas discussões aos problemas industriais.

6 Cf. Luz (1978); Bastos (1952); Lima (1978); Carone (1977) e Vieira (1960).

7 Friedrich List é considerado a figura mais proeminente do pensamento industrialista nacionalista; sua principal obra *The national system of political economy* (1841, tradução brasileira de 1986), alçou-o à posição de autoridade na matéria, em especial na Alemanha, onde sua influência remonta aos anos 1810.

Constituição da República. Sua atuação no Congresso foi bastante intensa, participando de todas as discussões relativas a assuntos financeiros, econômicos e políticos, colocando-se frontalmente contra a política oligárquica e descentralizadora dos conservadores. Amaro Cavalcanti foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte na Terceira Legislatura (1897-1899), renunciando logo em seguida ao ser chamado pelo Presidente Prudente de Moraes para a pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1902 a pedido de Rodrigues Alves, ocupou o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Exterior, onde permaneceu até 1906. Nesse ano foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupou até 30 de dezembro de 1914. Durante o Governo de Wenceslau Braz, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, exercendo o cargo com grande prestígio, de 1917 a 1918. Em 15 de novembro de 1918 assumiu como Ministro da Fazenda e Interino da Justiça a convite do Presidente Rodrigues Alves, cargo que exerceu até a morte do presidente em 16 de janeiro de 1919.⁸ Amaro Cavalcanti faleceu em 28 de janeiro de 1922 no Rio de Janeiro.

Como se depreende do que foi dito acima, Amaro Cavalcanti não era um industrial, portanto, não advogava em causa própria; sua luta pela industrialização tinha um cunho eminentemente nacionalista, ou seja, o objetivo de ver o Brasil progredir e alcançar a mesma posição econômica dos países desenvolvidos.

As obras deixadas por Amaro Cavalcanti são bastante numerosas e contêm importantes referências históricas e um grande acervo de idéias

8 Além desses cargos políticos Amaro Cavalcanti participou, como membro da Comissão Parlamentar, na elaboração do Projeto do Código Civil e foi nomeado delegado na 3ª Conferência Pan-Americana, reunida na Capital Federal em 1906. Foi designado delegado do Brasil na Conferência Financeira Pan-Americana, realizada em Washington em 1915 e em 1917. No ano de 1918, Amaro Cavalcanti foi escolhido o representante do Brasil no Tribunal Arbitral de Haia. Graças às suas numerosas publicações, foi eleito em 06 de dezembro de 1897 sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo elevado a sócio honorário e efetivo em 1912. Entre os méritos de Amaro Cavalcanti estão ainda a fundação e direção como Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional em 1914, foi membro honorário do Instituto dos Advogados, do Instituto Histórico Brasileiro, do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Professor de Finanças da Academia de Altos Estudos. Além disso, falava e escrevia corretamente o inglês, francês, alemão, espanhol, conhecia o italiano e o holandês, e estudou russo (Cf. Augusto, 1956; *Enciclopédia e Dicionário Internacional*, v. I e IV; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 146, t. 92, p. 592-594, 1926, t. LXXV, parte II, 1912 e t. LX, parte I, 1897; Velho Sobrinho, 1937, p. 330-331 e Vieira, 1960, passim).

ligadas a diversas áreas, tais como: jurídica, religiosa, educacional, e sobre economia e finanças. Todavia, restringimos nosso interesse às obras ligadas à área econômica e financeira, nas quais o autor expressa todo seu conhecimento sobre a economia brasileira e suas idéias sobre o desenvolvimento nacional.⁹ A maior parte de sua obra econômica está concentrada na década de 1890, período em que atuou mais ativamente no cenário político. Seus trabalhos são, geralmente, extensas obras, ricas em descrições de acontecimentos, baseados em documentação primária. Em grande parte de seus escritos verifica-se o predomínio de um senso crítico sobre a situação econômica do Brasil, sobre a qual realiza avaliações com espírito de combatividade que o anima, mas por vezes nota-se, também, uma atmosfera de temporização. Amaro Cavalcanti pode ser descrito como um otimista uma vez que, embora reconhecendo as deficiências e as dificuldades brasileiras, sempre apresentava uma proposta de solução para os problemas e para o desenvolvimento econômico do país, acreditando na sua capacidade de se reerguer economicamente ao nível de outros países desenvolvidos.

O período final do Império e primeiros anos da República, período que compreende a crise do Encilhamento, foi a fase mais atuante de Amaro Cavalcanti na luta industrialista. Nesse momento, sua participação foi bastante destacada, tanto nas discussões dos projetos de reforma monetária, onde defendia uma política mais liberal para expandir o crédito para os investimentos industriais, quanto nas discussões sobre ajuda financeira e proteção tarifária para as indústrias atingidas pela crise, contrapondo-se frontalmente à bancada conservadora do Império. Seus discursos no Congresso Nacional são uma importante fonte de referência para conhecermos seu pensamento, suas reivindicações e seus argumentos em defesa da indústria nacional.¹⁰

9 Muito poucos estudos fazem alusão ao pensamento econômico de Amaro Cavalcanti, tendo em vista que o único trabalho conhecido, que vai além de uma simples biografia, é de Dorival Teixeira Vieira, intitulado: *A Obra Econômica de Amaro Cavalcanti*, publicada em 1960, onde se faz um sério trabalho de análise do pensamento econômico desse autor.

10 Para elaboração deste trabalho utilizamos as seguintes obras de Amaro Cavalcanti: *Resenha financeira do ex-império do Brasil em 1889* (de 1890); *O meio circulante nacional (1808-1835)*, (de 1893); *Elementos de finanças. Estudos theorico- pratico*, (de 1896); os artigos: *Taxas protetoras nas tarifas aduaneiras*, (de 1903) e *A vida econômica e financeira do Brasil*, (de 1914). Além dos seus discursos no Congresso Nacional reunidos no livro *Política e Finanças*, publicado em 1892.

2 A identificação dos problemas nacionais

Para Amaro Cavalcanti, o maior problema da economia brasileira ao final do século XIX era a sua absoluta dependência frente às nações estrangeiras, mesmo após quase um século de independência política. Cavalcanti considerava uma situação muito constrangedora, um país do porte do Brasil ter que importar boa parte dos bens de consumo interno necessários à sua população. Nossa situação, segundo ele, era esta:

“Não obstante o caso feliz de nos haver tocado por sorte um território que a nenhum outro cede em boas condições ou fontes de riqueza natural, – continuamos, todavia, na dependência das outras nações em quase tudo que respeita ao desenvolvimento material do país e até as necessidades do nosso viver quotidiano! (...) vivemos hoje, como nos tempos coloniais, a importar do estrangeiro quase absolutamente tudo o que consumimos, não obstante podermos sabidamente havê-lo, ao menos em grande parte, da produção nacional” (Cavalcanti, 1920, p. 12)

Este estado de dependência era para Amaro Cavalcanti consequência de uma série de problemas que remontavam à economia brasileira dos tempos coloniais e que o Império, apesar de todos os meios disponíveis, não foi capaz de solucionar. Sua conclusão, ao avaliar a economia brasileira, era de que faltou ao país *o vigor crescente das forças econômicas do país*, ou seja, o trabalho consciente pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em consequência, o país chegou ao final do século com uma estrutura produtiva obsoleta e insuficiente para atender, ao menos, as necessidades internas de consumo da população, tendo que importar bens de consumo que poderiam ser facilmente produzidos internamente. Atribuía o pífio resultado até então alcançado pela economia brasileira às más administrações governamentais e ao baixo interesse de nossas classes dirigentes em formar as bases para a produção de riqueza no país, sempre mais preocupadas com os “*interesses mesquinhos da política*” do que com o engrandecimento da pátria.

Os problemas foram causados, em última instância, pela falta de uma política consciente de desenvolvimento de fontes produtoras de riqueza, que fossem capazes de garantir não apenas o sustento da nação, no que se refere às necessidades cotidianas, mas também que garantisse o crescimento da renda geral do Estado, de forma a consolidar o crédito público e equilibrar as contas nacionais. Para ele, a existência de setores produtivos eficientes e rentáveis era uma condição fundamental para o progresso e o engrandecimento do país. Assim dizia:

“nenhum povo poderá ser grande, respeitado e feliz nas suas relações, seja de ordem interna, seja de ordem externa, sem a condição essencial de possuir riqueza sua própria, ao menos suficiente para ocorrer às necessidades normais do Estado e das diversas classes da sociedade” (Cavalcanti, 1920, p. 13).

Neste sentido, a produção de um país deveria ser ao menos suficiente para atender a sua demanda interna e, mesmo que não pudesse ofertar todos os produtos necessários à sua população, era preciso produzir o bastante para gerar uma renda ao Estado para cobrir as despesas no exterior com a aquisição dos produtos importados.

Este discurso de Amaro Cavalcanti revelava que sua preocupação fundamental era eliminar os problemas do balanço de pagamentos e o desequilíbrio financeiro do Estado. A história do balanço de pagamentos do Brasil do século XIX, revela um estado de permanente desequilíbrio, não obstante o saldo favorável da balança comercial alcançado com a expansão das exportações cafeeiras. Os déficits do balanço de pagamentos eram freqüentemente compensados pela entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos diretos, de empréstimos ou através da emissão de papel-moeda. Acontece que em períodos de crise interna ou externa, a tendência era a fuga do capital estrangeiro ou a dificuldade de atrair capital externo, que geravam dificuldades financeiras para o país e aumento da dívida pública, tanto pelo aumento dos empréstimos públicos contraídos para conter o déficit, quanto pelo aumento da taxa de juros que aumentava ainda mais os encargos da dívida externa (Marcondes, 1998, p. 540-542).

Para Amaro Cavalcanti, uma forma de superar esses problemas do balanço de pagamentos era desenvolver os setores produtivos internos, de forma que a produção se expandisse o bastante para atender o mercado nacional, diminuindo as importações, e ao mesmo tempo ultrapassasse a demanda interna para que o excedente fosse exportado. E, no seu entender, o único setor produtivo capaz de garantir esse resultado não era a agricultura nem a indústria extrativa, os setores que até aquele momento mais contribuía para a economia brasileira, e sim a indústria. Para ele, o setor agro-exportador sozinho não seria capaz de levar o país a alcançar o progresso econômico. Daí a necessidade de desenvolver os setores industriais que dariam novo dinamismo à economia, aumentando a geração de renda interna.

O desequilíbrio do balanço de pagamentos foi certamente um dos pontos mais atacados pelos industrialistas para pleitear uma política de

proteção industrial. Felício dos Santos defendia na Câmara dos Deputados em 1881, que os desequilíbrios financeiros do Estado não podiam mais ser enfrentados com paliativos, como empréstimos e emissões; a saída, para ele, também era o fomento da produção nacional, especialmente a indústria. Assim dizia:

“Adotar ... medidas que diminuam importação enquanto não se eleva a exportação. Isso importa proteção à indústria nacional, que há de suprir grande parte da importação” (Luz, 1958, p. 307).

Serzedelo Correa, em 1903, retomava esse argumento, afirmando que a nossa dependência externa comprometia nossa soberania. Dizia:

“Cerca de 85 por cento da atividade comercial não nos pertence e não ficam no país; os fretes da navegação, os lucros e dividendos de bancos, de empresas de seguros de toda a espécie, de aluguéis de prédios, o salário devido ao trabalho nas fazendas de café, etc., tudo, tudo isso em larga escala, aqui não fica e sai do excesso do valor de nossa produção agrícola sobre o valor do que importamos” (Correa, 1903, p. 5-6).

A saída proposta por ele era desenvolver a indústria nacional para aumentar a produção interna e evitar a drenagem de nossa riqueza para o exterior.

Enfim, para os industrialistas, o desenvolvimento da indústria nacional faria diminuir as importações e conseqüentemente os encargos relacionados a ela, como fretes, seguros, etc., diminuindo as despesas do governo com o exterior e aumentando, de certa forma, a disponibilidade de recursos para serem investidos na expansão da produção.

Entretanto, cabe ressaltar que Amaro Cavalcanti não levava em consideração que industrializar o Brasil naquele momento tinha como pressuposto a importação de máquinas e equipamentos para a instalação das fábricas e que o elevado custo desses bens implicaria em grande ônus para a balança comercial, dificultando ainda mais o equilíbrio do balanço de pagamentos, pelo menos no curto e médio prazos.¹¹ Além disso, a diminuição das importações, decorrente do aumento da produção interna, levaria um certo tempo, pelos menos até que as novas indústrias começassem a funcionar de fato.

¹¹ Os bens de capital importados da Grã-Bretanha, por exemplo, representaram 36,79% do total das importações no período 1890-94, 38,96% no período 1895-99, 41,60% no período 1900-04 e 41,79% no período 1905-09 (Graham, 1968, p. 135).

3 A defesa da industrialização como alternativa para o progresso econômico

Para Amaro Cavalcanti a indústria era a “*classe produtora por excelência*”, uma geradora potencial de prosperidade, portanto, o único meio eficaz do Brasil reverter a sua situação de atraso econômico e garantir o progresso e a soberania nacional, a exemplo de outros países como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo. Dizia:

“... o verdadeiro progresso econômico de um povo há de ser procurado nos seus recursos ou melhoramentos industriais” (Cavalcanti, 1890, p. 197).

A indústria, segundo Amaro Cavalcanti, era a melhor fonte produtora de riqueza de um país, por ser, em primeiro lugar, a única em condições de satisfazer o mercado interno em expansão – de acordo com Amaro Cavalcanti era possível observar o papel dinâmico do crescimento do consumo interno através das mudanças recentes na economia. O aumento do consumo interno, por exemplo, principalmente nos anos de 1891 e 1892, era resultado do crescimento da população em virtude da imigração estrangeira, da organização de novas empresas e companhias que demandavam mais casas para escritórios, fábricas e oficinas, e objetos de consumo; era também consequência do aumento da renda interna, que elevava e diversificava as necessidades de consumo (Cavalcanti, 1892, p. 357-358). Em segundo lugar, era o setor capaz de fortalecer o comércio internacional com eficácia através da substituição das importações pela produção interna e pelo aumento das exportações de produtos com maior valor agregado; e, finalmente em terceiro lugar, era o único setor em condições de aumentar a renda do Estado, através do aumento da arrecadação, diminuindo a dependência estrangeira, equilibrando as contas públicas do país e garantindo, assim, a soberania nacional. Enfim, a indústria era a garantia de prosperidade financeira:

“a prosperidade financeira não tem base mais sólida, mais larga, nem mais garantidora, do que o desenvolvimento progressivo da indústria nacional” (Cavalcanti, 1892, p. 326).

Todavia, Amaro Cavalcanti lamentava que este importante fator de progresso estivesse sempre relegado a segundo plano no Brasil, até mesmo impedido de se realizar por força de inúmeros empecilhos e oposições.

Naturalmente, o primeiro grande empecilho ao desenvolvimento das forças industriais do país era a condução da economia pautada pelos interesses agro-exportadores. Durante quase todo o século XIX, a política econômica esteve orientada pelos interesses da classe agrário-comerciais da camada dominante, o que relegava a segundo plano e impunha certos limites

ao pleno desenvolvimento industrial. Em outros termos, no final do século, os interesses industriais estavam subordinados aos interesses agrário-comerciais, principalmente cafeeiros. Os maiores obstáculos à industrialização eram, portanto, a falta de interesse das classes dominantes em desenvolver políticas que favorecessem a indústria nacional, e a oposição do setor agrário e do comércio às políticas de proteção industrial.

No campo econômico, os maiores entraves à industrialização seriam a falta de recursos financeiros e a escassez de meio circulante e de crédito fácil. A administração da política monetária marcadamente conservadora durante o Império, e conduzida pela meta da conversibilidade e por um contínuo viés deflacionista, com alguns períodos de exceção, conduziu a economia a um grande aumento da dívida pública e a um sistema econômico em regime de permanente escassez de meios de pagamentos, tornando os recursos escassos para serem investidos na indústria.

A falta de mão-de-obra e a permanência do escravismo foram outros grandes obstáculos à industrialização do país. Para Amaro Cavalcanti, a condescendência do governo para com o sistema escravista comprometeu o desenvolvimento do país. Sobre isso dizia:

“Este fato impossibilitou-nos durante muito tempo a imigração estrangeira, e daí o retardamento da nossa vida industrial. Muitas medidas econômicas e financeiras deixaram de ser estudadas ou atendidas, muitos alvites utilíssimos foram menosprezados, uns com relação direta ao problema urgente de transformação do trabalho, outros com relação ao sistema econômico-financeiro, em geral, – porque envolviam a necessidade de resolver a questão inadiável da abolição do trabalho escravo!” (Cavalcanti, 1890, p. 40).

Outras dificuldades impostas ao desenvolvimento industrial, segundo Amaro Cavalcanti, eram a precariedade dos sistemas de transportes nacionais e a vigência de impostos interestaduais, entraves à livre movimentação de mercadorias por todo o território nacional. Instruído pelo exemplo americano, atribuía grande importância econômica às redes de transportes, por isso defendia a necessidade de se construir novas estradas rodoviárias, novas vias férreas e de melhorar as condições dos portos e da navegação fluvial e marítima. Por outro lado, a regulação do sistema de impostos interestaduais era indispensável para que as mercadorias pudessem circular livremente, completando a integração do mercado interno.¹²

¹² As críticas de Amaro Cavalcanti ao sistema de transporte nacional estão em seu livro *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, e suas considerações sobre os impostos interestaduais estão no livro *Regime Federativo e República Brasileira*.

Apesar desses entraves, as indústrias nacionais surgiram e aos poucos foram tornando-se significativas no cenário econômico, principalmente nos últimos anos do Império. Após a Proclamação da República, mudaram algumas condições essenciais da economia que, em geral, beneficiaram o setor industrial. Em particular, fizeram-se sentir positivamente os efeitos da abolição da escravidão e do significativo crescimento da imigração na década de 1980. As políticas monetárias e fiscais expansionistas também contribuíram para o clima de otimismo do setor. Em conseqüência, aumentou ainda mais o empenho dos industrialistas que defendiam uma política protecionista no Congresso Nacional e na grande imprensa.

Porém, muito ainda precisava ser feito em favor da indústria quando o objetivo era alcançar um desenvolvimento industrial semelhante ao dos Estados Unidos. E essa era a luta de Amaro Cavalcanti, ou seja, enfrentar as oposições e reivindicar uma política consciente do Estado para promover a industrialização do país.

Estava ciente, entretanto, de que as circunstâncias em que se desenvolvia a industrialização do Brasil no início da República não eram as mesmas vividas pelos países que o antecederam no processo de industrialização. Percebia que as mudanças no padrão tecnológico das indústrias e as transformações do capitalismo no final do século XIX tornavam o desenvolvimento industrial no Brasil muito mais complexo. Por outro lado, também tinha consciência de que estas transformações do capitalismo, que provocaram alterações nos padrões das relações internacionais, acirrando a concorrência intercapitalista, também haviam provocado o acirramento do uso das políticas protecionistas como instrumento de defesa para a indústria nacional. Sobre isso dizia no Congresso Nacional em julho de 1892:

“Atenda agora o Senado: todas as nações que nos precederam no desenvolvimento da indústria, que já tem bastante riqueza acumulada, para bem satisfazer as necessidades da sua vida ordinária –, todas elas, não obstante, entenderam, neste último decênio, que deviam formar uma nova política financeira internacional, fechando a era das teorias livre-cambistas, e entrando, resolutas, em fase abertamente protecionista, caracterizada pela guerra das tarifas aduaneiras” (Cavalcanti, 1892, p. 344).

Tendo compreendido todo este movimento do sistema capitalista, Amaro Cavalcanti entendeu que a única forma de promover o desenvolvimento industrial no Brasil, era através da forte presença do Estado, incentivando e protegendo a indústria nacional, para que ela pudesse nascer e

se desenvolver de forma segura e eficiente, trazendo o progresso para o país, como fizeram os Estados Unidos, a França, a Alemanha, o Japão, etc. Esta foi a sua luta durante toda a década de 1890, isto é, reivindicar uma política de proteção eficiente do Estado, para desenvolver a indústria nacional.

4 A defesa da intervenção protecionista do Estado para o desenvolvimento industrial

Amaro Cavalcanti acreditava que somente com a intervenção protecionista do Estado a indústria brasileira conseguiria se desenvolver. A atuação do Estado deveria ser, tanto criando novas indústrias essenciais, que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse investir, como desenvolvendo uma política de proteção adequada, capaz de protegê-las da concorrência estrangeira e ainda facilitando os recursos na forma de moeda e crédito para serem investidos no desenvolvimento industrial.

Como Freidrich List Amaro Cavalcanti defendia uma política protecionista em favor da indústria nascente nos setores onde esta se mostrasse mais lucrativa. Cavalcanti acreditava que a proteção era indispensável para desenvolver a industrialização de um país pobre, mas defendia um protecionismo moderado, seletivo, circunstancial e limitado. Enfim, um protecionismo moderno, planejado, não com o objetivo de criar monopólios, mas para garantir o progresso industrial do país. A seguir analisamos algumas das suas propostas de política econômica.

4.1 O papel da política tarifária

Enquanto instrumento de proteção industrial, a questão tarifária no Brasil sempre foi um “pomo de discórdia”, que envolvia um jogo de interesses entre industriais, Estado, comerciantes importadores e cafeicultores. Aos industriais interessavam uma elevada tarifa aduaneira que os protegesse contra a concorrência estrangeira dos manufaturados importados; ao Estado interessava as tarifas elevadas por motivos fiscais, no início da República cerca de dois terços da receita governamental provinha dos impostos aduaneiros; aos comerciantes e cafeicultores interessavam os baixos índices tarifários, aos comerciantes porque tornavam os produtos importados mais baratos e facilitava seu monopólio sobre o mercado interno e, aos cafeicultores, porque a tarifa elevada aumentava os custos dos bens de

consumo e equipamentos usados na lavoura e porque temiam represálias dos países compradores de café, insatisfeitos com as tarifas brasileiras. E ainda existiam as pressões vindas do estrangeiro, contra as reformas tarifárias. Humberto Bastos cita um exemplo bastante significativo dessa pressão estrangeira, trata-se de um artigo do jornal *Times* de 4 de agosto de 1904, quando estava em discussão a reforma tarifária de João Luiz Alves, que acabou não sendo aprovada. Dizia o artigo:

“Em vista da adoção pela Câmara em primeira discussão do projeto relativamente a uma elevação proibitiva das tarifas aduaneiras, sem consulta da Comissão de Orçamento, os representantes diplomáticos da Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Estados Unidos, França e Itália, coletivamente, exprimiram a esperança de que o Governo use de sua influência sobre o Congresso, para manter as velhas tarifas” (Bastos, 1952, p. 79).

Pelo menos até a década de 1930, a questão tarifária no Brasil foi objeto de intensas disputas; ao longo do Império e da Primeira República cada tentativa de reforma desencadeou acalorados debates. Dada a impossibilidade de conciliar tantos interesses antagônicos, a política tarifária brasileira oscilou durante todo o período entre os interesses protecionistas e livre-cambistas, não agradando nem a gregos e troianos.

Embora a maioria das tarifas aduaneiras de caráter mais protecionista tivesse sido adotada com interesses puramente fiscais, não se pode negar que muitas delas tiveram um grande efeito protecionista e que por trás de cada revisão tarifária estiveram sempre um grupo de industrialistas fazendo campanha por uma maior proteção, a despeito dos ataques livre-cambistas.

Amaro Cavalcanti tinha uma posição eminentemente crítica ao sistema tarifário brasileiro, exatamente porque este não tinha caráter definido, nem era liberal, nem era protecionista, mais propriamente elaborado com finalidades fiscais, para cobrir o déficit do Tesouro. Nenhuma política tarifária realmente séria havia sido elaborada ao longo do século XIX. Em assunto de tarifas aduaneiras, dizia, “estamos nas mesmas condições do tempo do Império” (Cavalcanti, 1903, p. 36).

Para evitar um protecionismo inconseqüente urgia reparar o nível de proteção tarifária com cuidado e, portanto, antes de se realizar qualquer reforma, uma série de fatores deveriam se analisados e pesados para que fosse possível separar os efeitos favoráveis dos prejudiciais. A definição de um sistema tarifário exigia assim, um estudo paciente

“com toda imparcialidade, com todos os dados estatísticos e outros elementos de informações e comparações, colhidos no país e no estrangeiro, de modo que se lhe pudesse dar sem eufemismo, o qualitativo de ‘boa tarifa’” (Cavalcanti, 1902, p. 36).

No seu entender, antes de se proceder a reforma das tarifas aduaneiras, era preciso analisar os seguintes fatores: qual a importância da renda aduaneira para o Estado; se o Tesouro podia dispensar semelhante renda ou se podia contar com a elevação de outros impostos internos ou criar outras fontes de renda; definir quais as indústrias precisavam, de fato, serem protegidas; qual a qualidade e a quantidade de produção destas indústrias que pediam auxílio; se elas teriam condições (capital, trabalho e matérias-primas) para suprir o mercado interno, frente ao retraimento das importações dos produtos similares; qual o custo dos produtos nacionais que chegavam ao mercado; qual o nível tarifário que seria suficiente para proteger estas indústrias e que tipos de matérias-primas deveriam ser isentas ou taxadas levemente (Cavalcanti, 1903, p. 37).

Estas afirmações demonstram claramente, que Amaro Cavalcanti era bastante seletivo em se tratando de política tarifária. Ressaltava que em primeiro lugar, devia se avaliar as “necessidades do Tesouro”, para depois “dar a proteção aduaneira, já como elemento de fomento às indústrias nacionais no caso de bem merecê-la” (Cavalcanti, 1903, p. 38).

Por outro lado, Cavalcanti assinalava que dar proteção temporária e seletiva, não significava que ela poderia ser alterada ou extinguida ao *bel-prazer* dos políticos, pois,

“dar hoje proteção aduaneira à certa indústria e, amanhã, diminuí-la, retirá-la mesmo, antes da possibilidade de alcançar o efeito desejado, – sem o devido critério, ou pela simples razão de desagrar o imposto, – como já se tem feito entre nós; – é erro condenável, prejudicialíssimo, sobretudo, ao capital...” (Cavalcanti, 1903, p. 39).

Embora concordasse que a proteção só deveria ser estendida às indústrias que realmente a merecessem, Amaro Cavalcanti não concordava com a teoria muito em voga na última metade da década de 1890, que contrapunha *indústrias naturais* a *indústrias artificiais* (Luz, 1978, p. 84-85). Para os livre-cambistas, como Joaquim Murinho, o grande inimigo das indústrias artificiais, as indústrias naturais eram as que podiam se desenvolver sem qualquer proteção governamental, e as indústrias artificiais as que utilizavam matérias-primas importadas e não podiam dispensar a

proteção do Estado. Com isso, criticavam toda e qualquer forma de intervenção protecionista do Estado para as *indústrias artificiais*.

Para Amaro Cavalcanti, esta idéia era inaceitável e sobre isso pronunciou-se num artigo de 1903, dizendo:

“Ele [o critério definido pelos livre-cambistas] pressupõe o Universo dividido em países, cada um deles com certas aptidões naturais e exclusivas, nos homens e nas coisas, e de tal modo ajustadas no tempo e no espaço, – que a prosperidade de cada povo se faria sem outra condição, que não fosse a simples aplicação do seu capital e trabalho ao desenvolvimento das suas indústrias naturais” (Cavalcanti, 1903, p. 12).

A primeira dificuldade em se adotar este critério era saber quais eram as indústrias verdadeiramente naturais de um país, um segundo problema advinha do fato de que, tais indústrias naturais, não eram, na maioria das vezes, exclusivas a um só país. Neste caso, a distinção não procedia e teríamos o seguinte problema.

“Suponham-se dois Estados limítrofes nessas condições naturais de identidade ou quase identidade, – um tendo começado mais cedo e se achando já com sua indústria natural em situação próspera e largamente desenvolvida, e outro, ao contrário, por ter começado mais tarde ou por acidente diverso, se achando apenas com a sua indústria em estado incipiente...

Naturalmente, dada inteira liberdade de concorrência, o primeiro desses países invadirá os mercados do segundo e, pela sua superioridade de condições produtoras e de experiência, não tardará em assenhorear-se dos referidos mercados, isto é, – levará a indústria incipiente do segundo Estado à completa ruína e desaparecimento. E como, agora, remediar a sorte desgraçada do último, continuando ele no mesmo regime de livre-câmbio?” (Cavalcanti, 1903, p. 13).

Segundo Cavalcanti, este mal, perfeitamente possível de ocorrer, principalmente no caso de um país novo como o Brasil, é a prova clara da fragilidade da teoria dos livre-cambistas, “além de um desmentido formal à sua afirmativa categórica, de que as indústrias naturais são **sempre capazes** de fazer a prosperidade do país, dispensada toda e qualquer proteção oficial”. Para Amaro Cavalcanti a tese sobre as indústrias naturais só seria totalmente verdadeira se “as aptidões e elementos naturais dos diferentes países se achassem por tal modo repartidos”, de forma que um país produzisse aquilo que o outro necessitasse e não pudesse produzir por si mesmo (Cavalcanti, 1903, p. 13-14).

4.2 O Estado explorando indústrias

Com relação à intervenção direta do Estado nas explorações industriais, Amaro Cavalcanti era solidário com a teoria liberal de Adam Smith e Stuart Mill, que admitia uma intervenção direta do Estado em áreas ou setores essenciais em que a iniciativa privada não quisesse ou não pudesse investir. Assim afirmava: o Estado

“não só pode, como até deve, tomar a si a exploração de certas indústrias, já no interesse imediato do serviço público e já no pensamento de desenvolvê-las no país, quando as forças individuais se mostrarem insuficientes ou incapazes de bem fazê-las.” (Cavalcanti, 1896, p. 132)

Todavia, as explorações industriais estatais deveriam obedecer a duas condições básicas: a) que as indústrias exploradas fossem de interesse geral para a coletividade e para o progresso do país e, b) que não se prejudicasse os interesses da iniciativa privada.

Segundo Amaro Cavalcanti, geralmente, as razões que levavam o Estado à exploração industrial eram de três ordens: primeiro, o intuito de receber renda; segundo, a necessidade de garantir certos serviços especiais para a sociedade; e terceiro, a idéia de concorrer para o progresso real e prosperidade da nação. Em defesa da industrialização do Brasil, Cavalcanti considerava boas e interligadas as três razões, ou seja, o desenvolvimento de uma indústria poderia servir não apenas para atender as necessidades da sociedade, como para promover o progresso real da nação e ainda resultar em receitas para o Tesouro.

A exploração industrial pelo Estado deveria se dar, não apenas naqueles setores onde a iniciativa não pudesse ou não tivesse interesse em investir, mas ainda, em setores estratégicos. Sobre isso dizia:

“Não lhe incumbindo o papel de criar a riqueza diretamente, em regra, ele só devia praticar aquelas indústrias, que, embora reconhecidamente indispensáveis ao país, deixassem, todavia de existir pela insuficiência dos recursos individuais. Além destas, em tais circunstâncias, outras há, que, o Estado pode ou deve mesmo exercê-las: são aquelas do interesse imediato de alguns ramos do público serviço, como por exemplo: a fabricação de moeda, a de instrumentos militares, ou de certas espécies de material bélico, como a pólvora, etc; assim como, razões manifestas de ordem, de garantia e de fiscalização lhe dão preferencia para o serviço do Correio, e dos Telégrafos, e não falta quem pense, que assim deveria também ser, a respeito das estradas de ferro em geral” (Cavalcanti, 1890, p. 12).

Sendo assim, ação do Estado nas explorações industriais deveria ser auxiliar ou supletiva, atuando naqueles setores de inteira utilidade pública e onde os recursos da iniciativa privada não bastassem para o seu desenvolvimento (Cavalcanti, 1892, p. 322).

Por outro lado, Amaro Cavalcanti ressaltava que a participação do Estado nas explorações industriais deveria ser apenas circunstancial, para atender as necessidades prementes da economia, no momento oportuno as empresas administradas pelo Estado deveriam passar para as mãos da iniciativa privada, pois o Estado, no seu entender, não era um bom administrador. Assim dizia:

“as indústrias ou serviços que um Estado pode ou deve iniciar e exercer no seio de uma nação nova e desprovida de instrução, de saber profissional, ou de capitais disponíveis, não devem, só por isso, ser continuadas **indefinidamente** por conta dos cofres públicos...”¹³

Enfim, o Estado poderia usar de todos os meios que dispunha para auxiliar e promover o desenvolvimento industrial do país, mesmo que a princípio isto significasse prejuízo aos cofres públicos, pois o desenvolvimento industrial e o retorno que a industrialização traria para a sociedade, quando ela já estivesse plenamente estabelecida, compensaria todos os “sacrifícios” iniciais, ou seja, os fins justificariam os meios.

4.3 O papel da moeda e do crédito para o desenvolvimento industrial

Amaro Cavalcanti não se limitava a reivindicar políticas alfandegárias protecionistas para as indústrias, insistia também em políticas que viabilizassem maiores facilidades na obtenção dos recursos necessários para os novos investimentos, ou seja, facilidades de crédito, na forma de empréstimos diretos ou através da emissão fiduciária (Cavalcanti, 1892, p. 324). No seu pensamento industrialista a moeda apresentava-se como uma das peças fundamentais para a implantação da indústria no Brasil, pois no seu entender, “o capital era a *alma mater* da indústria” (Cavalcanti, 1892, p. 324), esta necessitava de muito capital para se desenvolver e, portanto, de uma

¹³ Na sua opinião o governo já deveria ter aberto mão de muitas empresas que estavam sob seu poder, como: as estradas de ferro e os estabelecimentos oficiais de ensino superior (Cavalcanti, 1896, p. 34).

moeda forte e eficiente, capaz de atrair capitais para serem investidos em novos empreendimentos.¹⁴

Desta forma, colocava como primeiro passo para o desenvolvimento industrial e econômico da nação o saneamento monetário e fiscal do país. Porém, o saneamento monetário para um país novo como o Brasil, sem recursos para investir e com dificuldades financeiras, só seria possível através da adoção da moeda fiduciária. No âmbito das discussões sobre os problemas monetários, Amaro Cavalcanti se insere entre aqueles denominados papelistas. Foi mesmo um dos raros autores que defendiam explicitamente o papel-moeda como a solução para os problemas da economia brasileira.¹⁵

Amaro Cavalcanti inspirava-se no modelo americano que em 1862 abandonou a conversibilidade, por ocasião da Guerra de Secessão, e autorizou os bancos nacionais a emitirem o papel-moeda, aumentando a oferta monetária. Segundo ele, o resultado dessa política teria sido “a maior prosperidade industrial e econômica, que jamais se viu em povo algum e uma solidez financeira invejável”, o que possibilitou que o país voltasse a adotar moeda metálica anos depois, em 1879.

“Não é preciso dizer como se operou este último milagre: é fácil de ver, que a barateza do dinheiro bancário para todas as indústrias trouxe o engrandecimento descomunal da produção, e que esta, exportada para os mercados estrangeiros, fez vir daí, em troca, a moeda dos outros povos, não como empréstimo, mas como riqueza própria do país. Por pouca que seja a vista do observador, se aperceberá que a nossa situação atual é, feitos os descontos, assaz semelhante: nós precisamos hoje de dinheiro, muito dinheiro em movimento, para satisfazer aos vários reclamos econômicos das nossas condições” (Cavalcanti, 1890, p. 62).

Para Cavalcanti, o Brasil do final do Império encontrava-se na mesma situação dos Estados Unidos, pois também precisava de muito dinheiro em movimento para satisfazer as necessidades econômicas e para investir em empreendimentos industriais. E a moeda fiduciária era o único meio eficaz de prover o país com os recursos financeiros suficientes para fomentar o progresso econômico. Depois, com o desenvolvimento

14 Amaro Cavalcanti foi um grande conhecedor da matéria financeira, parte de suas obras trata-se de análises exaustivas do sistema financeiro brasileiro durante o Império e primeiros anos da República, que contribuem com uma descrição detalhada do funcionamento do meio circulante nestes períodos e retratam uma grande preocupação com a moeda nacional. Seus principais trabalhos nesta área são *Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil*, escrito em 1889, e *O Meio Circulante Nacional*, publicado em 1893. Ver Fernandes, 2001, cap. 3).

15 Para posição oposta ver Calógeras (1960, p. 199-215).

progressivo da economia, o país poderia adotar sem restrições o sistema de conversão metálica, mas no momento vivido, seria mais vantajoso para o progresso do país adotar a mesma política dos Estados Unidos, autorizando a emissão bancária garantida por títulos da dívida pública.

Para os papelistas, a moeda fiduciária, emitida pelos bancos, teria a vantagem de baratear o dinheiro, facilitando o investimento na produção industrial; esta, por sua vez, aumentando a produção nacional possibilitaria a diminuição das compras no exterior e o aumento do produto exportável, o que traria para o país mais divisas, não como empréstimo, mas como riqueza própria do país.

Além de ser um excelente instrumento de crédito público ou privado, a moeda fiduciária era um eficiente *agente circulante de valores*, que, segundo Cavalcanti (1983, p. 9-10), desempenharia eficazmente as funções de moeda, por ser abundante e perfeitamente elástica.

O resultado desta política seria um saldo favorável na balança de comércio, uma redução da dívida pública externa e o equilíbrio das finanças públicas, o que implicaria num certo equilíbrio na balança de pagamentos e uma menor pressão sobre o câmbio, o que, conseqüentemente, favoreceria a boa imagem do país no exterior, atraindo mais trabalho e mais capital para serem investidos no país.

O pensamento de Amaro Cavalcanti sobre a moeda e o crédito era dos mais inovadores, pois ele teve a ousadia de poucos, de defender para o Brasil um sistema monetário mais liberal, baseado na moeda fiduciária, num momento em que a maioria conservadora dos políticos queria adequar o país às regras do padrão-ouro.¹⁶ Cavalcanti escreveu sua defesa da moeda fiduciária antes que Rui Barbosa tentasse a reforma monetária expansionista, baseada na emissão fiduciária, que favoreceu o surto industrial dos primeiros anos da República.

Na avaliação que fazia do sistema financeiro nacional durante todo o Império e primeiros anos da República, Amaro Cavalcanti chegava à conclusão que faltava ao Brasil um sistema monetário eficiente e adequado às circunstâncias internas do país, capaz de garantir um meio circulante abundante e o crédito farto para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional. Na sua opinião a estrutura produtiva do país ao longo de todo o Império e nos primeiros anos da República, não lhe permitia se

¹⁶ Ver Pelaez (1971), especialmente as páginas 13 a 18 sobre a reforma de Rui Barbosa.

adequar às regras do padrão-ouro e manter a conversão metálica, mas a despeito disto, os governos insistiram em manter uma política conservadora seguindo a meta da conversibilidade. Para Cavalcanti, esta mentalidade conservadora era responsável por todos os problemas monetários e financeiros do Brasil, ou seja, pelo sistema monetário arcaico e deficiente, pela moeda depreciada, pela dívida pública crescente e pela insuficiência do meio circulante e do crédito para serem investidos no desenvolvimento da produção nacional.

Amaro Cavalcanti (1892, p. 209) considerava que para adotar a conversão metálica com sucesso, o Brasil precisava primeiro desenvolver suas forças produtivas, aumentar sua produção para depender menos das importações e gerar maior riqueza interna, somente assim poderia ter o ouro necessário para manter a circulação metálica e garantir sua independência externa. Ou seja, primeiro fazia-se necessário aumentar os investimentos na produção nacional através da expansão do crédito, para somente depois, com o crescimento da produção e da riqueza interna e, conseqüentemente, da menor dependência externa, poder-se-ia adotar a circulação metálica. Assim dizia:

“Tenhamos por verdade iniludível: enquanto a situação econômica do país for tal que dependamos, quase totalmente, da importação de produtos estrangeiros, para os objetos necessários às artes, às ciências, às indústrias, à habitação, ao vestuário e à própria alimentação quotidiana, não poderemos contar com a probabilidade prática, constante de circulação metálica. O valor do nosso meio circulante ficará sempre **dependente** do nosso desequilíbrio anual nas contas, que tivermos de saldar no estrangeiro.” (Cavalcanti, 1892, p. 232)

Rui Barbosa, embora fosse um metalista, também achava que o Brasil não estava preparado para a adoção do sistema metálico, devido à sua incompatibilidade com os problemas apresentados pelo nosso balanço de pagamentos.¹⁷ De acordo com Rui Barbosa, primeiro era preciso restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, para depois adotar a circulação metálica. Dizia ele

“não é (...) a circulação metálica que nos há de firmar o câmbio alto; é, pelo contrário, a estabilidade do câmbio ao par, efeito da prosperidade econômica da nação, que nos há de permitir a circulação conversível. Os metalistas invertem os termos do problema e, por isso, suas criações não passam de castelos de cartas” (Barbosa, 1892, p. 29).

¹⁷ Rui Barbosa realizou uma estimativa sobre o déficit no balanço de pagamentos brasileiro no fim do Império, que está em *Do relatório Ruy Barbosa* (1890), p. 540, apud Pelaez (1971, p. 14).

Porém, esta não era a opinião dominante no período, os *metalistas* representavam grande parte dos parlamentares e faziam oposição ferrenha a qualquer medida que procurava desvincular a política monetária da política cambial (Franco, 1983, p. 103). Estes contestavam qualquer indicação que havia escassez de moeda e culpavam o excesso de emissão pela depreciação cambial. Ao longo de quase todo o Império e Primeira República as idéias conservadoras prevaleceram no cenário político do Brasil tentando implementar, na maioria das vezes sem sucesso, uma política monetária ortodoxa com objetivo de adequar o país às regras do padrão-ouro.

O debate em torno do meio circulante marcou boa parte da década de 1890, todavia, os discursos e as orientações de Amaro Cavalcanti e dos demais *papelistas*, de modo geral, não foram suficientes para conter o avanço das políticas econômicas ortodoxas *vis-à-vis* a condução da economia pela ala conservadora.

Considerações finais

Amaro Cavalcanti foi um daqueles homens ilustres da nossa história que se dedicaram a pensar vias de desenvolvimento para o país, ousando sonhar, muitas vezes de forma utópica, que o Brasil um dia poderia atingir a grandeza das principais nações do mundo.

Podemos claramente, defini-lo como um nacionalista, pelo seu sentimento marcante pelo desenvolvimento nacional, pelo seu desejo de ver seu país grande e economicamente independente das demais nações do mundo, enfim, pela sua luta incessante pela industrialização brasileira, um exemplo daqueles que lutaram com honras pela Pátria e que deve figurar obrigatoriamente numa galeria de construtores da nação brasileira.

Polêmico, Amaro Cavalcanti sempre sustentou algumas idéias muito controvertidas para a sua época. Defendeu a emissão fiduciária que contrariava os princípios tradicionais da política econômica seguida no Império; defendeu a diversificação do crédito para novos setores, especialmente para a indústria nacional, que também ia contra a política do antigo regime de auxiliar exclusivamente a agricultura; e, o que era ainda mais ousado, foi contra os próprios auxílios para a lavoura cafeeira.

Embora não possamos dizer que esteve certo em todas as suas afirmações, devemos ressaltar que suas idéias econômicas e financeiras apresentam a coerência de quem conhecia profundamente as finanças

públicas e mais do que isso, alguém que reconhecia as deficiências da economia nacional e lutava para eliminá-las. Neste sentido, luta de Amaro Cavalcanti era muito mais circunstancial, procurava resolver os problemas prementes da economia brasileira, ou seja, seu atraso econômico e sua dependência política.

Amaro Cavalcanti acreditava que a única forma de desenvolver economicamente o país, reverter seu atraso econômico e garantir a soberania nacional, era fomentando o seu desenvolvimento industrial. Para ele, a indústria era “a classe produtora por excelência” e, portanto, deveria ser estimulada e protegida pelo Estado.

Seu raciocínio era bastante simples, estimulando o desenvolvimento industrial, o país poderia substituir as importações pela produção interna, o que acarretaria uma diminuição do volume de importações, bem como dos encargos relacionados ao processo de importação (frete, seguros, etc.). Além disso, a produção industrial poderia vir a compor a pauta de exportações nacionais, melhorando ainda mais o saldo de nossa balança comercial e, ainda, poderia garantir uma renda maior para os cofres públicos, gerados pela tributação sobre a própria produção. Segundo Amaro Cavalcanti, o resultado desse processo seria, o equilíbrio do balanço de pagamentos do país. Esse equilíbrio se daria tanto pelo aumento do saldo da balança comercial, quanto pela diminuição dos empréstimos externos usados para cobrir os déficits.

Todavia, esta sua lógica merece alguns reparos. Em primeiro lugar, a idéia de que a industrialização resolveria os problemas do balanço de pagamentos é um tanto quanto questionável, principalmente analisando-se esse processo de substituição de importações no curto e médio prazos. Industrializar o Brasil naquele momento implicaria, necessariamente, em ter que importar máquinas e equipamentos para a instalação das fábricas e, dado o elevado custo desses equipamentos no mercado internacional, certamente isto implicaria em um ônus de grandes proporções para a nossa balança comercial. Em segundo lugar, deve-se considerar, que levaria um certo tempo até que essas indústrias começassem a produzir o suficiente para suprir o comércio interno, diminuir as importações e gerar renda para o governo. Todavia, não se deve negar a lógica do seu pensamento no longo prazo.

Ao defender a indústria como o setor produtivo por excelência, Amaro Cavalcanti colocava as demais formas de produção, basicamente o setor agro-exportador, em segundo plano, e ainda lhes impunha pesadas críticas. Neste sentido, criticava o papel subordinado da agricultura e a

dependência econômica de uma nação exclusivamente agrícola estendendo suas críticas ao comércio, principalmente ao comércio importador, que para ele era uma classe parasitária, ávida por lucros e que tentava frear o desenvolvimento industrial do Brasil ao opor-se as campanhas protecionistas.

Ao longo de sua luta pela industrialização, Amaro Cavalcanti procurou enfrentar todas as oposições e os entraves colocados ao desenvolvimento industrial. No Congresso Nacional debateu por inúmeras vezes com aqueles que defendiam uma política econômica que prejudicasse a indústria nascente e lutou por medidas que dessem sustentação ao seu desenvolvimento.

Por último, resta-nos situar a posição que ocupam as idéias econômicas de Amaro Cavalcanti na história do pensamento. Com certeza era adepto do liberalismo econômico, mas jamais poderia ser acusado como faz equivocadamente Dorival Teixeira Vieira de “pioneiro do neoliberalismo”. Isto porque, bastante bem informado sobre o que acontecia no resto do mundo Amaro Cavalcanti tinha clareza de que o desenvolvimento econômico reservava um papel cada vez mais importante ao Estado, principalmente no caso dos países que haviam acumulado um certo atraso – causado no caso brasileiro, sobretudo, pela demora em abolir a escravidão. Defendia a proteção tarifária às indústrias, de modo seletivo e temporário, como forma de superar o atraso e incentivar a conversão da vocação agrária do país. E fazia-o dentro de uma forte convicção nacionalista de que a industrialização era a única forma de garantir um futuro próspero para a nação. Neste sentido, pode ser melhor caracterizado como um “pioneiro do desenvolvimentismo”.

Bibliografia

- AUGUSTO, José. *Amaro Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.
- BARBOSA, Rui. *Finanças e políticas na República – Discursos e escriptos de Rui Barbosa*. Capital Federal: Companhia Impressora, 1892.
- BASTOS, Humberto. *O pensamento industrial no Brasil (introdução à história do capitalismo industrial brasileiro)*. São Paulo, 1952.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política monetária do Brasil (1910)*. Trad. Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960. (Brasília: Série Grande Formato, v. 18).

- CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CORREA, Serzedelo. *O problema econômico no Brasil, 1903*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- ENCYCLOPÉDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL, v. II e IV. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editora, s.d.
- FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2001. (Dissertação, Mestrado).
- FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- _____. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo Paiva et al. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989. p.11-30.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of Modernization in Brazil*. Cambridge: University Press, 1968.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- LIST, G. Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. Apresentação de Cristóvam Buarque e Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- LUZ, Nícia Vilela. Aspectos do nacionalismo econômico brasileiro (III): esforços em prol da industrialização. *Revista de História*, n. 34, p. 305-333, out./dez. 1958.
- _____. *A luta pela industrialização no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- MARCONDES, Renato L. Padrão-ouro e estabilidade. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 533-559, jul.-set. 1998.
- PELAÉZ, C. M. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 5-82, jul./set. 1971.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo 92, v. 146, (1922), p. 592-594, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.
- _____. Tomo LX, Parte I (1º e 2º trimestres), p. 366 a 375 e 407 a 413, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Tomo LXXV, Parte II (1912), p. 241 e 280, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.
- SILVA, Lígia M. Osório. A crise no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do 'caso da Itabira Iron'. In: DE LORENZO, H. C., COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/FAPESP, 1997. p.15-35.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.
- VELHO SOBRINHO, J. F. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. v. 1.
- VIEIRA, Dorival Teixeira. *A obra econômica de Amaro Cavalcanti*. São Paulo: FEA, 1960. (Boletim, n. 16).

Obras de Amaro Cavalcanti na área econômica

- A vida econômica e financeira do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, v. XXXVIII. 1920. (Conferência realizada em 1914).
- Taxas protectoras nas tarifas aduaneiras. *Boletim da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, p. 3-39, 1903.
- Elementos de finanças*. Estudo teórico-prático. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- O meio circulante nacional (1808-1835)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 53). (Primeira publicação em 1893).
- Política e finanças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. (Coletânea de Discursos de Amaro Cavalcanti no Congresso Nacional em 1891 e 1892).
- Regime Federativo e República Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Temas Brasileiros, 48). (Primeira publicação em 1899).
- Resenha financeira do ex-Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.